

# Por uma incidência criminológica no Direito Penal Militar

*For a criminological incidence in Military Criminal Law*

MAURO MACHADO GUEDES

Mestrando em Direito (UNICEUB/DF). Especialista em Direito da Administração Pública (UFF/RJ). Delegado de Polícia Civil do Distrito Federal.

**Resumo:** O direito penal militar não é uma bolha imune às influências do seu tempo e espaço. Não obstante, a dogmática penal castrense insiste em produzir modelos autorreferenciados; hermética, portanto, aos reclamos da complexidade social que lhe é superior. A proposta do presente artigo é sugerir um rumo para atenuar a clivagem existente entre fato típico penal militar e a realidade da vida na caserna, valendo-se, para tal fim, do empirismo metodológico haurido da ciência criminológica. Busca-se, pois, uma oxigenação dialética, com o encontro entre a deontologia penal militar e uma ontologia criminológica que lhe seja consentânea, indicando os efeitos jurídicos e práticos que possam advir dessa comunhão.

**Palavras-chave:** Direito Penal Militar. Criminologia. Dogmática. Complexidade social.

**Abstract:** Military criminal law is not a bubble immune to the influences of its time and space. Nevertheless, the dogmatic criminal military insists on producing self-referenced models; hermetic, therefore, to the complaints of social complexity that is superior to it. The proposal of this article is to suggest a way to attenuate the existing cleavage between a typical military criminal fact and the reality of life in the barracks, using, for this purpose, the methodological empiricism of criminological science. A dialectical oxygenation is sought, with the encounter between military criminal deontology and a criminological ontology that is consistent with it, indicating the legal and practical effects that may arise from this communion.

**Keywords:** Military Criminal Law. Criminology. Dogmatic. Social complexity.

**Sumário:** 1. Introdução – 2. Pérolas de vidro além da caserna: a crise de legitimidade do direito penal – 3. Manifestações do fato típico penal militar – 4. Novos tempos, Novos ventos – 5. Considerações finais.

## 1. INTRODUÇÃO

Não chega a ser inaugural a crítica que se dirige ao cinquentenário Código Penal Militar quanto ao fato de ter perdido o frescor da juventude. Inobstante, se o tempo tem o condão de

desbotar o verniz do ineditismo, ele também é capaz de conservar aquilo que os modismos não tiveram força para desbancar.

Nesse cenário dialético, próprio da natureza humana<sup>1</sup>, entre o que vai e o que fica, o que progride e o que se conserva, é possível discutir em que medida a dogmática penal castrense pode (e deve) receber influxos criminológicos que lhe compatibilizem com os novos tempos.

Essa atualização seria viabilizada pelo método empírico característico das teorias criminológicas eleitas para a elaboração do presente artigo. São elas que irão ao encontro de alguns institutos dogmáticos – especialmente relativos ao fato típico militar - capazes de demonstrar nossa hipótese.

Com efeito, no tópico subsequente serão traçadas algumas linhas sobre a crise de legitimidade que o direito penal vivência como um todo, da qual não escapa sua baioneta militar. Essa é a premissa sobre a qual justificamos o presente esforço acadêmico, ou seja, a necessidade contemporânea da dogmática penal castrense de receber as centelhas sociais que a ciência criminológica possa lhe oferecer.

Em seguida, estreita-se o foco de análise para o âmbito do fato típico penal militar, sob os mais variados aspectos da tipicidade castrense: objetiva, subjetiva, material e indireta, além da reflexão sobre como até mesmo o nexo de causalidade desse ramo específico do direito penal pode (e deve) ser influenciado sob o prisma criminológico.

O passo seguinte é a abertura das janelas da dogmática penal castrense para os ventos da criminologia (militar?), com sugestões de aplicações práticas de modelos teóricos e métodos científicos a casos que já foram submetidos ao crivo dos Conselhos jurisdicionais compostos por togas e fardas. É o momento eminentemente prático da presente leitura, embora inserido em exercício de subsunção hipotética, sem que isso lhe subtraia o valor acadêmico.

Assim é que nosso intuito, heurísticamente, longe de esgotar a hipótese, é tão somente propor um debate potencialmente capaz de enriquecer (ainda mais) uma forma bastante peculiar de se fazer justiça no Brasil: os órgãos colegiados da Justiça Militar, de piso e recursal, são compostos de forma heterogênea justamente para traduzir a complexa realidade da vida militar contemporânea diante das pretensões jurídicas que se lhe impõem.

---

<sup>1</sup> “Os homens são como os vinhos: a idade azeda os maus e apura os bons”. Frase atribuída a Cícero, orador e político romano (103 a 46 A.C.).

## 2. PÉROLAS DE VIDRO ALÉM DA CASERNA: A CRISE DE LEGITIMIDADE DO DIREITO PENAL

Se é verdade que chegamos ao ponto de transferir para um terceiro, soberano, o direito de nos castigar nas hipóteses de praticarmos malfeitos que esse próprio estranho classifica como tal, também é verdade que esse monopólio terceirizado já não goza de tanto prestígio.

Com Hassemer é possível aprender que essa má fama tem origem remota: é que a história do Direito Penal como ciência começou de forma vacilante, em contraste com o legado dos civilistas e dos estudiosos do direito público, que se dedicam desde sempre às investigações profundas sobre a história desses ramos, chegando a convertê-los em obras primas<sup>2</sup>. Não obstante, o Direito Penal cresceu à sombra das descobertas civilistas e ainda hoje não apresenta uma linha bem definida, parecendo estar preso a vetustas convicções como a de Radbruch que, em 1929, inspirando-se no espírito de seu tempo, afirmou: “só os cientistas enfermos se preocupam com a metodologia.”<sup>3</sup>

É a partir da perplexidade haurida desse laudo de sanidade às avessas que Hassemer conclui pela complexidade cega e esoterismo dogmático como traços distintivos da puberdade da Ciência Penal. Essa hipertrofia autorreferencial, segundo o autor, acabou por gerar uma perda de interesse, pelas humanidades e ciências sociais, quanto ao objeto de estudo penalista.

Sem embargo, esta visão puramente dogmática da problemática do direito penal está hoje em franca crise, diagnosticada por ninguém menos do que Muñoz Conde, ao afirmar que: “já são muitos os penalistas que questionam a importância e valor excessivo que foi dado à dogmática do direito penal nesses últimos anos, em detrimento de outras questões quiçá mais importantes e com consequências práticas imediatas”<sup>4</sup>.

Indubitável é, segundo o autor, que já não se pode mais reduzir a Ciência do Direito Penal, nem mesmo em seus aspectos mais exclusivamente jurídicos, a uma elaboração puramente dogmática, assim entendida como elaboração sistemática das regras que informam

<sup>2</sup> HASSEMER, Winfried. *La Autocompréhension de la Ciencia del Derecho Penal frente a las exigências de su tempo*. Tradução de Maria Del Mar Díaz Pita – in: *La Ciencia del Derecho Penal ante el Nuevo Milenio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004, p. 22.

<sup>3</sup> RADBRUCH, Gustav. *Einführung in die Rechtswissenschaft*, 7ª/8ª ed., Leipzig, 1929, p. 199.

<sup>4</sup> MUÑOZ CONDE, Francisco. *La Ciencia del Derecho Penal ante el Nuevo Milenio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004, p. 12.

o sistema de imputação da responsabilidade penal no Direito Penal vigente, por mais que esta seja uma das atividades mais importantes da aplicação prática do Direito Penal pelos Tribunais de Justiça<sup>5</sup>:

Antes e depois dessa atividade, há muitas outras questões de índole jurídica que diariamente ocupam a praxe e com ela também a Ciência do Direito Penal, como é o caso das processuais ou ainda constitucionais. Soma-se a isso outras questões de índole extrajurídica, organizacionais, políticas ou econômicas, não menos importantes por isso, que também devem ser levadas em consideração na solução dos problemas jurídicos. Por outro lado, a enorme expansão que está tendo o Direito Penal a setores tradicionalmente dele alijados, como economia e meio ambiente, assim como os novos campos tecnológicos, como a informática e manipulação genética, estão modificando as próprias bases da responsabilidade individual, introduzindo novos bens jurídicos dificilmente delimitáveis e modelos de imputação que não correspondem com os elaborados para os delitos tradicionais pelo Direito Penal clássico.

A adesão a essa linha de raciocínio jurídico-penal contemporânea, fique claro, não significa eliminar a boa e velha dogmática, mas tão somente sofisticá-la, com tons de adequação empíricos. Quem faz o alerta é Roxin, para quem a dogmática jurídico-penal é uma tarefa permanente, com sua mescla de lógica e teleologia, de interpretação jurídica fiel e de uma missão criativa e perfeccionista do Direito, em um magnífico campo de trabalho que também no futuro abre a Ciência do Direito Penal a consideráveis possibilidades de desenvolvimento<sup>6</sup>:

Este prognóstico otimista se opõe, desde logo, à atitude de ceticismo ante uma dogmática esgotada, própria de alguns cientistas nacionais e estrangeiros. A dogmática, diz-se, é em alguns aspectos complicada e sutil. *Ela ameaça se transformar em um jogo de pérolas de vidro sem consequências e poupa esforços que poderiam ser empregados de forma mais frutífera em outros âmbitos.* É certo que há certas manifestações dignas de críticas. Mas disso não se pode deduzir uma objeção decisiva. Porque não há nenhuma disciplina que não progrida também mediante erros e caminhos sem saída. Que um instrumento musical possa soar mal não diz nada contra o instrumento, e uma coleção de livros de pequeno valor não é nenhum argumento contra as possibilidades de futuro da literatura.

Utilizando os ombros desses autores como ponto de suporte para uma corda de alpinismo, é possível vislumbrar que o problema não é adstrito às raias do direito penal comum, espreado-se para suas ramificações mais especializadas, como é o caso do direito penal

---

<sup>5</sup> *Ibidem.*

<sup>6</sup> ROXIN, Claus. *La Ciencia del Derecho Penal ante las tareas del futuro*. Tradução de Carmen Gómez Rivero – in: *La Ciencia del Derecho Penal ante el Nuevo Milenio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004, p. 390.

militar. Os muros dos quartéis não são suficientes para conter essa crise de legitimidade – estando os institutos da dogmática penal castrense sujeitos a essa mesma crítica.

Assim, Lacava Filho pondera que “não se pode ter como parâmetro apenas o modelo do Estado Democrático de Direito para aferir a legitimidade do sistema penal militar, mas também a própria realidade social, denominada atualmente, sociedade pluralista de risco, ou sociedade complexa pós-moderna”.<sup>7</sup> E vai além em sua análise crítica ao indicar que:

O Direito Penal Militar é considerado, por parte substancial da doutrina, um ramo vítima de desídia acadêmica e que não tem sido abordado de forma aprofundada nem pela Dogmática Penal, nem pela Política Criminal. Disso decorre o fato de que o desenvolvimento, a investigação e a interpretação das normas nesse âmbito ocorram de forma mais lenta e distinta em relação ao restante do Direito Penal.

Essa é a pedra de toque de que se vale o presente estudo para a defesa de uma criminologia militar. Até porque, na própria dicção da doutrina especializada, “a influência exercida pelas ciências criminológicas no direito penal militar ainda se prende à contribuição proveniente do positivismo naturalista da segunda metade do século XX”<sup>8</sup>.

### 3. MANIFESTAÇÕES DO FATO TÍPICO PENAL MILITAR

Existe um mantra que ecoa nos corações por trás das gravatas e broches, distintivos, fardas e togas, segundo o qual “crime é fato típico, ilícito e culpável.” O direito penal militar não escapa desse rosário.

Interessa-nos, para as presentes notas, o primeiro fragmento, *rectius* substrato, desse lema haurido de nossa cultura penal manualesca: o fato típico militar. É esse substrato, entendido como um comportamento humano consciente e voluntário (mesmo nos delitos culposos), ativo ou inativo, que é descrito e se enquadra em uma norma penal que define o crime como militar<sup>9</sup>, que pode ser subdividido nos seguintes dogmas penais, atendendo aos fins aqui propostos.

<sup>7</sup> LACAVA FILHO, Nelson. Bases do Sistema de Direito Penal Militar. Belo Horizonte: D’Plácido, 2019, p. 120.

<sup>8</sup> ALVES-MARREIRO, Adriano. Direito Penal Militar: Teoria Crítica & Prática. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1404 (*ebook*).

<sup>9</sup> Ibidem, p. 13662 (*ebook*).

### 3.1 NEXO DE CAUSALIDADE PENAL MILITAR

A relação de causalidade penal militar foi positivada no Estatuto Repressivo Castrense, perfilhando o mesmo caminho do Código Penal comum, com a adoção da Teoria da Equivalência dos Antecedentes Causais ou Teoria da *conditio sine qua non*<sup>10</sup>, *verbis*: “Relação de causalidade Art. 29. (...) Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.”

Nessa linha de raciocínio, recorre-se ao “processo de eliminação hipotética de *Thyrén*”, com a exclusão mental do fato e subsequente averiguação sobre a sua ocorrência prática ou não. Se a reposta ao exercício mental for positiva, o fato é causa do resultado; se negativa, ao revés, o fato não é causa do resultado, que pode ter sido gerado por qualquer outra situação (outra conduta humana, fenômeno da natureza, ataque de animal etc.).

Ocorre que esse processo lógico-mecânico de filtragem da imputação penal foi sendo sofisticado ao longo do tempo.

No contexto do pós-guerra, surgiu na Alemanha a Escola Finalista da Ação, capitaneada por *Hanz Welzel*, passando a considerar toda questão referente ao crime pelo aspecto subjetivo. Ou seja, a conduta só é penalmente relevante se houver dolo ou culpa e, ainda, se não for adequada socialmente<sup>11</sup>.

Algum tempo depois, novas ideias são trazidas para esse tema essencialmente dogmático, com as Escolas Funcionalistas, com seus renomados expoentes (*Jakobs*, *Schunemann* e *Silva Sanchez*, entre outros). E assim surge a teoria da imputação objetiva como forma de estabelecer um filtro adicional ao ímpeto punitivo estatal, para além do aspecto subjetivo da conduta do agente, exigindo uma complementação objetiva, com a criação, o incremento ou a não diminuição do risco proibido<sup>12</sup>.

Mas afinal, o que teria a ver a Criminologia com o nexo de causalidade militar, seja sob o aspecto finalista da adequação social, seja pelo viés funcionalista da imputação objetiva? Qual seria a vantagem objetiva de sua consideração nessa seara dogmática?

---

<sup>10</sup> Formulada no campo do direito penal por Von Buri, possivelmente inspirado no filósofo Stuart Mill que, em seu livro “*A System of Logic*”, apontava que “*all the conditions were equally indispensable to the production of the consequent*” (todas as condições foram igualmente indispensáveis para a produção do resultado).

<sup>11</sup> CAMARGO, Antônio Luís Chaves. Imputação Objetiva e Direito Penal brasileiro. São Paulo: Cultural Paulista, 2002, p.28.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 72/86.

Antes de oferecer respostas a essas perguntas, traremos novos questionamentos nos subtópicos seguintes para que, no próximo tópico, a problematização seja integralmente tratada.

### 3.2 TIPICIDADE PENAL MILITAR OBJETIVA

Nosso atual ponto de análise dogmática versa sobre a relação de adequação entre o comportamento concretizado e o modelo abstrato de conduta incriminada<sup>13</sup>. Considerando que esse vínculo entre fato e norma ocorre por meio de palavras escritas na lei penal, ou seja, por meio da linguagem, afigura-se possível uma abertura polissêmica desses termos escolhidos pelo legislador.

É justamente essa abertura que nos interessa como outra possibilidade de aporte dos influxos criminológicos. E a pergunta que agora se impõe é a seguinte: como a criminologia, com seu manancial empírico, poderia influenciar esse dogma penal militar, se é que poderia?

### 3.3 TIPICIDADE PENAL MILITAR SUBJETIVA

Na seara da tipicidade penal subjetiva, assim entendida como a aferição dos elementos de consciência e vontade do agente de uma conduta supostamente delitiva, nosso interesse recai sobre os limites fronteiriços de distinção entre culpa consciente e dolo eventual. Nos dizeres de Luiz Felipe Carvalho Silva, a distinção entre esses dois institutos: “(...) por ser de difícil caracterização, tem assento nas pautas acadêmicas, além de muitas vezes causar confusão aos leigos em assuntos jurídicos, e também aos neófitos”<sup>14</sup>.

Faz-se necessário, portanto, um retorno à dogmática e aos conceitos desenvolvidos pelas escolas e juristas em busca de definições que orientem os intérpretes das normas penais. Esse seria o caminho, segundo o autor, para o estabelecimento de critérios objetivos fixadores dos limites fáticos-jurídicos de determinada conduta humana e a consequente aplicação da resposta penal militar.

<sup>13</sup> ALVES-MARREIRO, Adriano. Direito Penal Militar: Teoria Crítica... Op. Cit., p. 14545 (*ebook*).

<sup>14</sup> SILVA, Luiz Felipe Carvalho. Os limites fronteiriços entre o dolo eventual e a culpa consciente nas “brincadeiras” dentro do quartel que resultam em crimes. In: Série Capacitar, Volume 3. Brasília: ESMPU, 2017, p. 93.

Mas esse retorno à dogmática seria suficiente para resolver tão complexa questão? Seria ela (a dogmática) dotada de um método científico capaz de extrair, *de per se*, elementos da realidade, do *modus vivendi* militar, que possam contribuir para esse desenlace?

É nessa linha tênue de diferenciação dogmática – entre culpa consciente e dolo eventual – que se vislumbra a possibilidade de inserção criminológica, conferindo às correlatas decisões judiciais uma maior aderência à realidade circunstancial e, por conseguinte, uma melhor qualidade na prestação jurisdicional.

### 3.4 TIPICIDADE PENAL MILITAR MATERIAL

O Princípio da Insignificância surge como instrumento de interpretação restritiva do tipo penal que, de acordo com a dogmática moderna, não deve ser considerado apenas em seu aspecto formal, de subsunção do fato à norma, mas, primordialmente, em seu conteúdo material, de cunho valorativo, no sentido da sua efetiva lesividade ao bem jurídico tutelado pela norma penal, o que consagra o postulado da fragmentariedade do direito penal<sup>15</sup>.

A tipicidade penal material militar, portanto, revela a densidade da norma penal militar, sua significância. Essa revelação não é automática, preta no branco, como aplicação imediata de uma regra prevista em lei. Muito pelo contrário, a análise é casuística, com sopesamento dos vetores delineados pelo Supremo Tribunal Federal como autorizadores da incidência do Princípio da Insignificância penal<sup>16</sup>.

É nesse trabalho artesanal que se abre mais uma possibilidade de manifestação da nossa hipótese de pesquisa, especificamente quanto à relevância, em concreto, dos bens jurídicos tutelados pela norma penal militar. Como seria possível sofisticar essa análise valorativa?

### 3.5 TIPICIDADE PENAL MILITAR INDIRETA

Com o advento da Lei nº 13.491/2017, a definição de crime militar continuou prestigiando o critério *ex vi legis*, mas houve o acréscimo de uma nova categoria dessa espécie

---

<sup>15</sup> STJ – 5ª Turma – HC 78.343/MS (11.06.2007) – rel. Min. Arnaldo Esteves Lima.

<sup>16</sup> STF – 2ª Turma – HC 84.412/SP (19.11.2004) - rel. Min. Celso de Mello.



de delito, qual seja: os crimes militares por extensão<sup>17</sup>. São os crimes da legislação comum (Código Penal e Leis Extravagantes), quando preencherem uma das condições previstas nas alíneas do inciso II, artigo 9º, do Código Penal Militar.

A esse esforço de preenchimento, *rectius*, de subsunção, dá-se o nome de tipicidade indireta ou complementar<sup>18</sup>, pois além da caracterização do crime comum enquanto tal (tipicidade direta), complementa-se a adequação entre fato e norma penal militar, com a incidência de uma das hipóteses do já mencionado artigo 9º do Código Penal castrense.

Inobstante a natureza exclusivamente objetiva desses critérios de caracterização dos crimes militares por extensão<sup>19</sup>, o certo é que subsistem algumas perplexidades nessa árdua tarefa de importação, como a compatibilização entre os distintos sistemas de penas, a natureza heterogênea das ações penais, o contraste entre as previsões de prazos para prescrição mínima e vedação da incidência dos benefícios da Lei nº 9.099/95 no âmbito da Justiça Militar<sup>20</sup>.

É nesse ponto específico que, mais uma vez, submete-se nossa hipótese de pesquisa ao crivo da realidade. Nossa intenção não é, por óbvio, subtrair o valor das repostas doutrinárias e jurisprudenciais que vêm sendo oferecidas a essas problemáticas, mas indicar um caminho possível, criminológico, como combatente aliado nessa valorosa (mas também tormentosa) missão imposta pela Lei nº 13.491/2017, evitando-se um “transplante legal”<sup>21</sup> acrítico dos crimes militares por extensão.

<sup>17</sup> ROTH, Ronaldo João. Lei 13.491/17 – Os crimes militares por extensão e o princípio da especialidade. *In*: Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM. Volume 27. Número 1. (jul./dez. 2017) Brasília: Superior Tribunal Militar, 2018, p.128.

<sup>18</sup> NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. Manual de Direito Penal Militar. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p.244-245.

<sup>19</sup> Nessa linha, o STF já decidiu, ao cuidar dos crimes de roubo e sequestro, que: O foro especial da Justiça Militar da União não existe para os crimes dos militares, mas, sim, para os delitos militares “*tout court*”. – HC 110.185/SP (14.05.2013) – rel. Min. Celso de Mello. Logo, irrelevantes são os critérios subjetivos para a caracterização da espécie.

<sup>20</sup> ROTH, Ronaldo João. Lei 13.491/17 – Os crimes militares por extensão... Op. cit., p.139.

<sup>21</sup> No sentido falacioso que é atribuído à expressão por Alan Watson, em seu *Legal Transplants: An Approach to Comparative Literature*. 2ª Ed. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 1993, p. 21.

## 4. NOVOS TEMPOS, NOVOS VENTOS

Realizados os questionamentos, passamos às respectivas resoluções sob o enfoque objetivo, com considerações acerca das conexões possíveis entre os problemas dogmáticos e ajustes criminológicos propriamente ditos, e não sob o enfoque subjetivo (legitimidade dos órgãos jurisdicionais responsáveis pela cognição desses problemas), o que já vem sendo tratado com maior vagar pela literatura especializada, com destaque para o lapidar artigo de Lacava Filho, embora publicado em momento anterior ao das mudanças trazidas pela Lei nº 13.774/2018.<sup>22</sup>

### 4.1 NEXO CAUSAL E INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Conforme mencionado alhures, as sofisticações dogmáticas trazidas, ao longo do tempo, à relação de causalidade penal militar pelas noções de adequação social e imputação objetiva, significam uma janela aberta para influências exógenas.

Nesse ponto, trazemos ao campo de análise as condutas relativas aos crimes de recusa à obediência e desobediência, previstas, respectivamente, nos artigos 163 e 301 do Estatuto Repressivo Castrense. A fim de contextualizar a dificuldade histórica no delineamento desses tipos penais militares, valemo-nos das lições de Enio Luiz Rosseto<sup>23</sup>:

(...) À primeira vista, as duas espécies têm semelhança, mas feita uma análise mais profunda, mostram-se diferentes. As diferenças recaem na tipicidade, no bem jurídico tutelado e no sujeito ativo. Contrasta a tipicidade da conduta do delito previsto no art. 301 do CPM – “Desobedecer a ordem legal de autoridade militar” com a definição da recusa de obediência. Na recusa, a ordem superior é direta, podendo ser transmitida por militar, mas há por parte do subordinado o descumprimento de ordem concreta; no crime de desobediência, a ordem é legal. A doutrina procura distinguir as duas espécies.

Percebe-se, pois, que distinção em apreço é condicionada, em grande medida, à subjetividade interpretativa do julgador, a quem incumbe a definição de várias nuances

---

<sup>22</sup> LACAVA FILHO, Nelson. Da aferição da tipicidade objetiva dos crimes militares: uma defesa da continuidade do julgamento pelo escabinato nos crimes militares cometidos por civis em concurso com militares. Revista do Ministério Público Militar, Brasília, nº 24, ano XXXIX, p. 189-204, nov. 2014.

<sup>23</sup> ROSSETO, Enio Luiz. Código Penal Militar Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 523-524.

decorrentes da área cinzenta entre os bens jurídicos penalmente tutelados, o que é denunciado não só pelo esforço doutrinário que recai sobre a temática (conforme excerto acima), como também pela própria jurisprudência<sup>24</sup>. Para reduzir essa excessiva discrição jurisdicional, os parâmetros funcionalistas de imputação objetiva ou mesmo os finalistas de adequação social podem significar um porto mais seguro.

Com efeito, no intuito de aumentar o grau de certeza (assim entendida como aderência à realidade fática) e, por conseguinte, melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, é que as noções hauridas do Interacionismo Simbólico podem ser importadas para a análise do vínculo causal relacionado às condutas em apreço. Isso porque a categorização das pessoas em grupos, a estereotipagem dos integrantes e uma tendência à rivalização são traços evolutivos da espécie humana. Esse é o cerne das ideias elaboradas por George Mead quanto à formação de personalidades baseada em processos de comunicação derivados das interações sociais<sup>25</sup>. É a partir dele que aqui se indica a consideração dos papéis sociais desempenhados por superiores *versus* inferiores, e por militares *versus* civis, como fontes de critérios objetivos para a aferição da imputação penal.

Em contextos específicos de interação simbólica entre essas categorias de indivíduos, pode ser viável a adequação social de uma conduta subjetivamente tida como desobediente. Ou ainda, um comportamento liminarmente considerado como recusa à obediência, mas que sua pormenorização sob o enfoque da personalidade do agente, modulada de acordo com a resposta social dada a uma ação, pode revelar a ausência de criação, o incremento ou a não diminuição do risco proibido. É que nem sempre as externalizações inconscientes de expectativas prévias<sup>26</sup> devem ser tidas como crimes.

<sup>24</sup> STF – 2ª Turma – RE/Agr. 748.001/SP (13.09.2013) - rel. Min. Gilmar Mendes, STM – Apelação nº 7000862-92.2019.7.00.0000 (26.11.2019) - rel. Min. Carlos Vuyk de Aquino, entre outros precedentes.

<sup>25</sup> MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1934.

<sup>26</sup> DORNELLES. Tatiana Almeida de Andrade. Abordagem Policial e *Accountability*: uma aproximação do Interacionismo Simbólico de G. H. Mead ao controle externo da atividade policial. Revista do Ministério Público Militar, Brasília, nº 32, ano XLIV, abr. 2020.

#### 4.2 TIPICIDADE OBJETIVA E TEORIA DA SUBCULTURA

Na seara da tipicidade penal militar objetiva, volta-se o foco de estudo para o crime de motim, previsto no artigo 149 do *Códex Milicién*, haja vista as possibilidades inerentes à abertura semântica dos termos utilizados para a descrição legal desse tipo. Vejamos:

Art. 149. Reunirem-se militares ou assemelhados:

I - agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la;

II - recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência;

III - assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior;

IV - ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer deles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar:

Pena - reclusão, de quatro a oito anos, com aumento de um terço para os cabeças.

Nesse sentido, as brechas de linguagem que dão o tom das condutas criminalizadas são os verbos nucleares do tipo (“*agir contra*”, “*recusar*”, “*assentir em recusa*” e “*ocupar*”), que merecem ser compreendidos a partir dos valores e tradições próprios dos seus agentes, diferentes, em certa medida, daqueles inerentes aos seus superiores hierárquicos. É que a subcultura das praças é distinta daquela subjacente aos oficiais.

Em seu artigo de 1958, “*Lower-Class Culture as Generating Milieu of Gang Delinquency*”, Walter P. Miller desenvolve as características volúveis da classe baixa que tendem a proporcionar comportamentos criminosos, como: distúrbio, violência, esperteza, excitação, destino e independência. A classe média, por outro lado, tem valores mais estáveis, como a conquista. A título de exemplo, “os padrões de cultura da classe baixa procuram o status a partir da força física, violência contra homossexuais e conflito com a autoridade”<sup>27</sup>.

Em reforço a essa linha de raciocínio, a Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares) estabelece a existência de círculos hierárquicos no seio da caserna, *verbis*:

Art. 15. Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.

<sup>27</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: homem delinquente e sociedade criminógena*. 2ª Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 1997, p. 300.

Ou seja, as fragmentações internas, as subculturas existentes nas diversas categorias intestinais das Forças Armadas, merecem ser consideradas por ocasião do juízo de adequação entre o comportamento concretizado e o modelo abstrato de conduta incriminada como motim. Esse esforço de adstrição à realidade pode ser útil tanto para a descaracterização de atitudes penalmente irrelevantes, resolvendo-se o problema no âmbito administrativo-militar, quanto para a aferição pormenorizada do grau de culpabilidade de cada coautor desse crime militar plurissubjetivo (o que significa, em última análise, uma sofisticação na entrega da prestação jurisdicional).

#### 4.3 TIPICIDADE SUBJETIVA E APRENDIZAGEM SOCIAL

Para analisarmos uma relação possível entre tipicidade penal subjetiva e criminologia, trazemos à colação as “brincadeiras” com armas de fogo nos quartéis que resultam em crimes contra a pessoa. São elas bastante sintomáticas da dificuldade quanto ao enquadramento da tipicidade penal subjetiva, especialmente com relação à diferença casuística entre culpa consciente e dolo eventual. Vejamos um caso concreto:

HOMICÍDIO CULPOSO. DISPARO INVOLUNTÁRIO DE FUZIL. DIVERGÊNCIA QUANTO AO ASPECTO SUBJETIVO DO DELITO. INOCORRÊNCIA DO DOLO EVENTUAL. Se não houve a intenção do agente em provocar o resultado letal, e se diante desse não demonstrou indiferença, ao contrário, entrou em evidente estado de choque, torna-se inafastável a incidência da culpa consciente. Não se pode olvidar o grau da imperícia empregada pelo agente, pois *não se trata de um simples acidente com arma de fogo, comumente julgado nesta Corte*, mas de um caso de irresponsabilidade de um grau máximo, pois é de conhecimento geral o inafastável risco de acidente no manuseio de arma de fogo, mesmo para os mais experientes, o que impunha ao agente o dever de se abster de utilizá-la de forma imprudente, brincando com o companheiro, vindo a causar o funesto acidente. Provido parcialmente o apelo defensivo para desclassificar a conduta para o homicídio culposo, agravado pela imperícia, fundamentado no parágrafo único do art. 206 do CPM. Decisão por maioria. (STM – Apelação nº 2008.01.051150-4 (24.03.2009) rel. Min José Coelho Ferreira. (Grifei.)

Assim, tomando-se por base as orientações doutrinárias, e mesmo jurisprudenciais quanto ao processo de subsunção, no sentido de “percorrer as trilhas da dinâmica dos fatos, para fins de aplicação de uma interpretação fática e jurídica e a correta e justa resposta estatal”<sup>28</sup>, evitando a inócua tentativa de ler a mente do agente, chega-se ao ponto do influxo da

<sup>28</sup> SILVA, Luiz Felipe Carvalho. Os limites fronteiriços... Op. cit., p. 108.

Aprendizagem Social. Isso porque, o comportamento criminoso, nessa perspectiva, é consequência de um processo de aprendizagem que se desenvolve no meio em que é cometido, ou seja, é um processo que se produz pela interação e contato entre os agentes envolvidos<sup>29</sup>.

Ora, no caso concreto acima colacionado, por mais que o “estado de choque” do agente, imediatamente posterior ao resultado que produziu, tenha sido considerado como elemento fático decisório para a caracterização de seu estado anímico, certo é que os aspectos da dinâmica factual trazidos pela aprendizagem social – nos mais elementares cursos de preparação para o disparo de armas de fogo, aprendem-se as regras básicas de segurança relativas ao “controle de cano” e à “alimentação da câmara de deflagração do projétil”<sup>30</sup> – desautorizam a interpretação de que o agente esperasse um resultado diferente do que ocorreu. A hipótese é de dolo eventual. Se, de um lado, não se deve imiscuir na consciência reflexiva do agente com relação às circunstâncias do evento para chegar a uma resposta penal que lhe seja desfavorável, por outro, pelas mesmas razões, a trilha subjetiva não deve ser necessariamente percorrida para a prolação estatal que lhe beneficie. A justa resposta está nas circunstâncias fáticas, objetivas, e o empirismo metodológico ínsito à aprendizagem social pode ser uma ferramenta sobremaneira eficaz para o enfrentamento desse desafio.

#### 4.4 TIPICIDADE MATERIAL E TEORIA DA ANOMIA

Já se colocou, acima, que a análise da tipicidade material de uma conduta é valorativa, artesanal, guiada por vetores criados jurisprudencialmente. Ou seja, a margem de subjetividade dos órgãos julgadores para aferição da (in)significância penal militar não é desprezível. Nessa linha de raciocínio, consolidou-se jurisprudência no âmbito do Superior Tribunal Militar, segundo a qual não seria viável, em juízo de prelibação, por ocasião do recebimento da denúncia, a aplicação do princípio da insignificância. Isso porque, segundo a E. Corte Recursal Castrense, nessa fase processual o juiz ficaria adstrito à análise de provas de materialidade

<sup>29</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia...* Op. cit., p. 257.

<sup>30</sup> Em termos vulgares, só se coloca a “bala na agulha”, deixando a arma de fogo em efetivas condições de realizar o pronto disparo, em situações que exigem esse maior grau de prontidão, o que não se revelou na espécie, visto que o disparo foi deflagrado no interior da repartição militar.

delitiva e indícios de autoria, haja vista a prevalência do princípio do *in dubio pro societate* sobre o da presunção de inocência nesse momento do processo<sup>31</sup>.

Pois bem. Não se faz necessário refutar tal entendimento para chegar à conclusão de que, mesmo nessa fase em que se pretende inaugurar o processo penal militar por meio do oferecimento da peça acusatória (juízo de prelibação), existem situações nas quais é possível, *prima facie*, a constatação dos vetores autorizativos de incidência da insignificância penal. É que, em tais casos, a crise da estrutura cultural se verifica especialmente quando existe uma forte discrepância entre normas e fins culturais, de um lado, e possibilidades estruturadas socialmente de atuar em conformidade com aquelas normas, de outro. Esse é o contexto, segundo Robert K. Merton, de uma sociedade anômica, caracterizada por uma distribuição seletiva das estruturas sociais, permitindo que apenas alguns indivíduos possam alcançar as metas culturais<sup>32</sup>.

No segundo dos Recursos em Sentido Estrito utilizados como referência da consolidação jurisprudencial do STM (indicações na nota de rodapé nº 31, *infra*), a decisão de piso hostilizada (rejeição da denúncia) considerou materialmente atípica a conduta de militar que, por erro da Administração Militar, não foi excluído da Folha de Pagamento do Exército e permaneceu recebendo depósitos em sua conta corrente, no período compreendido entre o seu licenciamento (abril de 2016) e o mês de abril de 2017. Ocorre que em boa parte desse interregno, o acusado se encontrava preso desde o dia de seu licenciamento do serviço ativo até o dia 11 de novembro daquele ano de 2016. Enfim, durante todo o lapso temporal afastado da tropa, teria se apropriado indevidamente do montante de R\$ 8.132,37 (oito mil, cento e trinta e dois reais e trinta e sete centavos), o que não chega a metade do valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) atribuído pela Fazenda Pública para a obrigação de promover a ação fiscal (Portaria MF nº 75, de 22 de março de 2012), que é utilizado como parâmetro pelos Tribunais Superiores para o reconhecimento da Insignificância Penal<sup>33</sup>.

Nessa toada, a manifesta impossibilidade de o agente atuar em conformidade com as normas e fins culturais que a ele se impõem verticalmente, num quadro típico de sociedade anômica, propicia o surgimento do comportamento criminoso. Isso poderia ter sido considerado

<sup>31</sup> STM – RESE nº 70001029-12.2019.7.00.0000 (26.11.2019) - rel. Min. José Coelho Ferreira e STM – RESE nº 7001215-35.2019.7.00.0000 (11.02.2020) - rel. Min. Odilson Sampaio Benzi, entre outros precedentes.

<sup>32</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia... Op. cit., p. 323.

<sup>33</sup> Não se desconhece a consolidação jurisprudencial do STM no sentido de que tal parâmetro não é aplicável no âmbito penal militar – Apelação nº 0000005-16.2016.7.11.0211, entre outros.

para evitar o alto custo social que uma reprimenda dessa envergadura representa na vida do indivíduo, bem como dos efeitos maléficos que uma sanção injusta acarreta. Ademais, tanto a instauração da ação penal, quanto a aplicação de uma pena, devem ser vistas com toda a parcimônia, diminuindo-se a incidência do direito penal para a solução dos conflitos.

A perspectiva *mertoniana*, ao explicar o efeito criminógeno oriundo do estado social de anomia, ou seja, do desajuste entre os objetivos culturais (acúmulo pessoal de riquezas, enriquecimento individual como sinal exterior de conquista da felicidade) e os meios legítimos (e lícitos) para a consecução desses objetivos, pode se apresentar como uma interessante fórmula para uma nova reflexão sobre a (in)significância penal militar.

#### 4.5 TIPICIDADE INDIRETA E CRIMINOLOGIA CRÍTICA

Um novo e extenso catálogo de crimes foi trazido para o universo penal militar com a chegada da Lei nº 13.491/2017 e a consecutória atividade de subsunção relativa à tipicidade indireta ou complementar. Ocorre que, no mesmo pacote desses crimes militares por extensão, existem situações jurídicas penais e processuais penais (sistemas de penas, a natureza heterogênea das ações penais, o contraste entre as previsões de prazos para prescrição mínima e vedação da incidência dos benefícios da Lei nº 9.099/95, entre outros) que geram divergência doutrinária quanto à importação ou não desses acessórios.

De um lado, o raciocínio de vedação ao influxo integral tem espeque na aplicação do Princípio da Especialidade, com a afirmação da autonomia do Código Penal Militar em relação ao Código Penal Comum, na linha do que prescreve esse último estatuto repressivo, em seu artigo 12: “As regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, *se esta não dispuser de modo diverso*.” (Grifei.) Assim a repulsa aos institutos congêneres é explicada por Roth, valendo-se ainda, como argumento, da vedação ao hibridismo legislativo em nosso ordenamento jurídico, conforme precedentes do STF<sup>34</sup>. Para o autor, portanto, a importação é adstrita aos crimes, devendo ser amputado tudo aquilo que não se encaixe nesse estrito conceito, que necessita se adaptar aos ditames da lei militar.

---

<sup>34</sup>ROTH, Ronaldo João. Lei 13.491/17 – Os crimes militares por extensão... Op. cit., p.138.



Por outra banda, Assis defende que, a custosa tarefa de conferir exequibilidade à Lei nº 13.491/2017<sup>35</sup>, deve ser realizada da seguinte forma:

(...) para a investigação dessa nova classe de crime militar – os crimes militares por extensão – reafirmamos, deverá ser considerado que, havendo lei específica, ela tem de ser observada e, por consequência, o Código de Processo Penal comum e mesmo o Código Penal, por se tratar de legislações mais modernas e afinadas com os novos institutos que são inexistentes no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar, deverão, sem sombra de dúvida, ser levados em conta também. Nem vale aqui defender a índole do processo penal militar, com a finalidade de se obstar a aplicação do Código de Processo Penal comum e da legislação que dite rito específico para os novos crimes militares por extensão.

Um novo enfoque ao objeto da cizânia doutrinária pode ser realizado a partir do legado da Criminologia Crítica, ao “recordar que o delito, o sistema penal e as decisões de política criminal produzem-se dentro de uma estrutura social, política e econômica. Em outras palavras, o fenômeno criminoso é indissociável de seu contexto e, por consequência, exige do operador jurídico, minimamente comprometido com uma prática emancipatória de direitos humanos, uma negativa à abordagem essencialista e abstrata.”, conforme assentado por Suxberger<sup>36</sup>. Em tempos de Sociedade de Risco, na consagrada expressão de Ulrich Beck, não estando a criminalidade militar afastada desse contexto multifacetado, esse parece ser o rumo mais seguro a seguir.

Nesse sentido, resta clara a compreensão da proeminência da segunda corrente, entre as duas mencionadas acima, por sua maior aderência à realidade fática. A tipicidade penal militar indireta, sob a ótica da Criminologia Crítica, deve ser realizada com a incorporação de todos os elementos, penais e processuais, subjacentes aos novos crimes militares por extensão. Além de afastar o risco dos já mencionados irrefletidos “transplantes legais”, com as inexoráveis consequências de rejeição imunológica pelo sistema penal militar, essa orientação é capaz de promover uma análise do caso penal militar sob uma perspectiva crítica, a saber<sup>37</sup>:

(...) o observador não deve ater-se ao sistema penal, e menos ainda na mera letra da lei penal. Ao revés, deve analisar a estrutura familiar (autoritária ou não), a educação (escola métodos pedagógicos, controle ideológico dos textos, universidade, liberdade de cátedra etc.), a medicina (orientação anestesiante ou puramente organicista, ou

<sup>35</sup> ASSIS, Jorge César de. Crime militar & Processo: comentários à Lei 13.491/2017. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2019, p. 102.

<sup>36</sup> SUXBERGER, A.H.G., Ministério Público e Política Criminal: uma segurança pública compromissada com os direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2010, cap. 2.

<sup>37</sup> SUXBERGER, A.H.G., Ministério Público e Política Criminal...Op. cit.

mais antropológica de sua ideologia e prática) e outros aspectos que tornam o tecido social complexo (tais como: aspectos econômicos, financeiros, acessibilidade a bens materiais e imateriais, entre outros). A pretensão de formar uma ideia do modelo de sociedade com que se depara, esquecendo a pluridimensionalidade do fenômeno do controle social, redundará num simplismo ilusório.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma crise no reino do Direito Penal e esse quadro se reverbera pela Academia e pelos Tribunais e, repita-se, o Direito Penal Militar não está alheio a essa realidade. Essa foi a premissa da qual partimos para lançar mão da nossa hipótese de pesquisa: há aberturas na dogmática penal militar que podem, e devem, receber influências extrajurídicas, nomeadamente criminológicas, como forma de atenuar esse déficit de legitimidade.

O fato típico penal militar foi eleito como nossa amostra laboratorial e foi dissecado em: nexos de causalidade penal militar, tipicidade penal militar objetiva, tipicidade penal militar subjetiva, tipicidade penal militar material e tipicidade penal militar indireta. A cada um desses fragmentos dogmáticos foram acrescentados reagentes criminológicos, no afã de chegar a resultados capazes de limitar o excessivo grau de subjetividade jurisdicional (que trazem em seu âmago potenciais erros e abusos). A meta são os fatos e, junto com essa obsessão pela objetividade, uma possível melhora – na já reconhecidamente excelente - qualidade da entrega de justiça militar.

O nexo causal castrense, visto pelas perspectivas finalista de adequação social e funcionalista de imputação objetiva, recebeu tinturas do Interacionismo Simbólico de Mead como forma de sugerir a consideração dos papéis sociais desempenhados pelos atores em conflitos – superior e inferior hierárquico, militar e civil – quando da aferição do vínculo causal entre as condutas de recusa à obediência e desobediência, e seus resultados supostamente delitivos. É que esse viés empírico-interpretativo pode aumentar a segurança para a compreensão não só da (in)adequação social dessas condutas, como também de sua possibilidade, ou não, de criação, incremento ou não diminuição do risco proibido.

A tipicidade penal militar objetiva, constituída por palavras escritas, com a maleabilidade inerente à linguagem, foi problematizada a partir do crime de motim, dada a polissemia de seus verbos nucleares. Nesse ponto, o aporte criminológico foi realizado pela

Teoria da Subcultura, como potencial ferramenta empírica de consideração das subdivisões intestinais militares, os círculos hierárquicos, promovendo um juízo mais sofisticado de adequação entre o comportamento concretizado e o modelo abstrato de conduta incriminada como motim. Os benefícios mais imediatos seriam uma melhor cognição do grau de culpabilidade de cada coautor desse crime militar plurissubjetivo, além da possível descaracterização de atitudes penalmente irrelevantes, resolvendo-se a questão na esfera disciplinar.

À vertente subjetiva da tipicidade penal militar foi dado o polimento da Aprendizagem Social com a pretensão de reduzir o grau de incerteza por ocasião da definição dos limites entre dolo eventual e culpa consciente. Para tanto, foi utilizado um precedente, entre muitos possíveis, do Superior Tribunal Militar sobre o caso de disparo de fuzil, como ato de “brincadeira, com resultado morte. Na ocasião, o órgão de cúpula jurisdicional castrense decidiu pela caracterização da culpa consciente, com base, principalmente, no estado de choque do agente em momento imediatamente posterior ao fato. Todavia, a extração de elementos fáticos viabilizada pela Aprendizagem Social é capaz de indicar parâmetros objetivos para uma decisão judicial em sentido contrário (dolo eventual).

Não é difícil compreender a recalcitrância das cortes militares em admitir a aplicação do Princípio da Insignificância em seu *locus* específico, tendo em vista a solidez dos postulados fundamentais da hierarquia e disciplina e a necessidade de manutenção da sua incolumidade. Ocorre que mesmo as regras mais rígidas admitem exceções, até mesmo para se afirmarem como tal, e esse foi o mote aqui aproveitado para inserir a noção trazida pela Teoria da Anomia, nesse contexto de tipicidade material militar. Mais uma vez foi utilizado precedente do STM (impossibilidade de reconhecimento da bagatela em juízo de prelibação) para indicar um enfoque criminológico – explicação do efeito criminógeno que deflui do estado social de anomia – como elemento hábil a trazer novos matizes para a decisão.

Por último, mas não menos importante, o bravo novo mundo de crimes militares por extensão trazido às cortes militares pela Lei nº 13.491/2017, por meio do juízo de tipicidade indireta, foi temperado pela contextualização empírico-social da Criminologia Crítica. Buscou-se oferecer mais um argumento, essencialmente axiológico, à corrente doutrinária que defende o aporte holístico desses “novos” crimes militares, com todo o seu passado de situações processuais, benefícios etc. Com a devida vênia dos doutrinadores que representam a corrente

em sentido oposto, o intuito é evitar, no longo prazo, a negação desses enxertos legais desfigurados, pelo próprio sistema penal militar.

Em arremate, reiteramos o caráter eminentemente heurístico de nosso trabalho, com a indicação de possibilidades a serem desbravadas no mundo das ideias e dos fatos, na Academia e nos Tribunais. Não há qualquer pretensão exauriente e tampouco o descuido com os dogmas aqui problematizados, conferindo voz e vida ao clichê filosófico segundo o qual “Se queres prever o futuro, estuda o passado.”<sup>38</sup> A “crítica” da Criminologia, aqui, refere-se às razões e aos papéis que a teoria cumpre na construção dos temas de Direito Penal Militar.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES-MARREIRO, Adriano. Direito Penal Militar: Teoria Crítica & Prática. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CAMARGO, Antônio Luís Chaves. Imputação Objetiva e Direito Penal brasileiro. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia: homem delinquente e sociedade criminógena. 2ª Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

DORNELLES, Tatiana Almeida de Andrade. Abordagem Policial e *Accountability*: uma aproximação do Interacionismo Simbólico de G. H. Mead ao controle externo da atividade policial. Revista do Ministério Público Militar, Brasília, nº 32, ano XLIV, abr. 2020.

HASSEMER, Winfried. *La Autocomprension de la Ciencia del Derecho Penal frente a las exigências de su tempo*. Tradução de Maria Del Mar Díaz Pita – in: *La Ciencia del Derecho Penal ante el Nuevo Milenio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

LACAVA FILHO, Nelson. Bases do Sistema de Direito Penal Militar. Belo Horizonte: D’Plácido, 2019.

\_\_\_\_\_. Da aferição da tipicidade objetiva dos crimes militares: uma defesa da continuidade do julgamento pelo escabinato nos crimes militares cometidos por civis em concurso com militares. Revista do Ministério Público Militar, Brasília, nº 24, ano XXXIX, p. 189-204, nov. 2014.

MEAD, George Herbert. *Mind, Self and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press, 1934.

---

<sup>38</sup> Frase atribuída a Confúcio, filósofo chinês. (551 a 479 A.C.)

MUÑOZ CONDE, Francisco. *La Ciencia del Derecho Penal ante el Nuevo Milenio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. *Manual de Direito Penal Militar*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RADBRUCH, Gustav. *Einführung in die Rechtswissenschaft*, 7ª/8ª ed., Leipzig, 1929.

ROSSETO, Enio Luiz. *Código Penal Militar Comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ROTH, Ronaldo João. Lei 13.491/17 – Os crimes militares por extensão e o princípio da especialidade. In: *Revista de Doutrina e Jurisprudência do STM*. Volume 27. Número 1. (jul./dez. 2017) Brasília: Superior Tribunal Militar, 2018.

SILVA, Luiz Felipe Carvalho. Os limites fronteiriços entre o dolo eventual e a culpa consciente nas “brincadeiras” dentro do quartel que resultam em crimes. In: *Série Capacitar*, Volume 3. Brasília: ESMPU, 2017.

SUXBERGER, A.H.G., Ministério Público e Política Criminal: uma segurança pública compromissada com os direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2010.